



Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar

MARIA JOSE CASTELANO¹

Resumo: O objetivo deste estudo é fazer alguns apontamentos a partir da revisão bibliográfica em curso sobre a constituição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais, identificando as críticas e as possíveis soluções direcionadas aos problemas que afligiram os pequenos agricultores e trabalhadores rurais no processo de modernização econômica do Brasil. A atuação da CPT coincide com o aprofundamento da crise econômica e das contradições sociais agravadas com a reestruturação capitalista, na cidade e no campo, praticadas pelo governo ditatorial instalado em 1964. Destaca-se a relação conflituosa entre a atuação das Igrejas Católica e Luterana, por meio dos seus integrantes, e o Estado na luta pela terra que resulta na constituição de vários movimentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Palavras-chave: CPT, Movimentos Sociais, Questão Agrária, Teologia da Libertação.

Introdução

Apresentamos o resultado parcial do estudo e da sistematização de bibliografia sobre a temática Igreja e a questão agrária no período bonapartista², entre as décadas de 1970-1980, e da análise de trabalhos realizados sobre lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³, além da consulta a alguns boletins elaborados nas décadas 1970-80, com ênfase na análise do boletim da CPT nacional: O Mausoléu do Faraó, que abordou a problemática da Itaipu.

¹ Professora do curso de História da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon e doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/CNPQ. E-mail: majo_catelano@hotmail.com.

² “Esta forma de dominação autocrático-burguesa constitui-se num domínio exercido de *modo indireto* pelo conjunto da burguesias, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário.” RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 64: os gestores do capital atrofico*. São Paulo:1998. Tese (doutorado) PUC-SP, p.15.

³ A Comissão Pastoral da Terra está organizada em todo o território nacional em 21 regionais. Cada regional tem uma coordenação, eleita em Assembleia, de acordo com o regimento interno e um Conselho Regional. Há, ainda, algumas CPTs que possuem uma coordenação ampliada, mas todas se articulam com o Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do qual fazem parte. Elas unem-se, ainda, com as diversas organizações de trabalhadores do campo. Cada CPT regional é composta por equipes de base, ou locais, que fazem o acompanhamento direto junto aos camponeses e suas organizações. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/organizacao/regionais#sthash.QLlAkIb5.dpuf>. Acesso em: 02 nov. 2014.

Considerando o contexto político e econômico vigente durante os governos militares (1964-1985), destaca-se que a implantação da Doutrina de Segurança Nacional não impediu a emergência de organizações de resistência diante de conflitos envolvendo a questão agrária, motivadas pela expropriação de pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais. Neste sentido, a CPT foi criada, em meados da década de 1970, por bispos, padres, pastores e leigos progressistas envolvidos nestes conflitos, em pleno Estado de exceção. Em várias regiões do país, como no Nordeste e no Norte, a CPT atuou e se posicionou a favor da defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, ou seja, dos “oprimidos”, pela modernização engendrada e pelo avanço do capitalismo no campo.

Para entender os embates travados entre o Estado e a Igreja Católica sobre a reforma agrária, recuaremos à década de 1950, período em que a discussão sobre a necessidade da revisão da estrutura fundiária brasileira ganhava corpo no interior do debate nacionalista, tanto nos grupos representativos dos setores da esquerda (progressistas) quanto da direita (conservadores).

1. O Capitalismo brasileiro e os conflitos sociais agrário

Algumas obras produzidas no final da década de 1970, produzidas em torno de referenciais marxistas, afirma-se que no Brasil, o capitalismo desenvolveu-se hipertardiamente (o processo de industrialização dinamizou-se apenas na década de 1950), não realizou uma revolução burguesa e, desde os seus primórdios, dependeu dos capitais externos para os investimentos internos. A maioria da população sempre permaneceu excluída, sem acesso à instrução elementar, à saúde, às liberdades políticas e à reforma agrária. De acordo com a análise de Chasin (2000: 221)

A via colonial da objetivação do capitalismo, em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte. Por si só esta característica da história brasileira é responsável por traços fundamentais *do modo de ser e de se mover* da formação nacional.

Para este autor, o Brasil conhece o verdadeiro capitalismo somente na segunda metade do século XX, no período pós Segunda Guerra Mundial, em um momento

avançado das guerras imperialistas e sem nunca ter rompido com a sua condição de país subordinado aos centros hegemônicos do capital. Foi somente no segundo governo Vargas (1951-1955) que surgiram os primeiros ensaios sistemáticos em favor da industrialização no país, voltados para a ampliação e expansão do padrão de acumulação de bens de capital e para o setor de bens de produção não duráveis.

No governo Juscelino Kubitschek, doravante Jk, (1956-1960), o padrão de acumulação de bens de produção mudou de forma, adquirindo consistência através do Plano de Metas, sob o slogan "50 anos em 5". Este plano marcou o impulso da industrialização acelerada e subordinada aos capitais externos. Configurou-se um período de intenso crescimento econômico, com profundas consequências sociais e políticas para o país.

No início da década de 1960, a economia sofreu com uma prolongada recessão. Neste contexto, as "Reformas de Base", iniciadas nos anos 1960 por setores progressistas, objetivavam ampliar o acesso das massas ao processo de modernização capitalista em curso. Além disso, alguns projetos possuíam uma perspectiva nacional popular, que visava uma industrialização autônoma do país, procurando mudar a sua inserção na divisão internacional do trabalho, com uma postura crítica ao imperialismo estadunidense. Outros indicavam uma direção oposta e pretendiam estreitar o vínculo ao capitalismo norteamericano, aprofundando os laços com o capital externo, selando a participação subalterna do país no mercado mundial.

As reformas foram colocadas na agenda da discussão, à época, por pressão de setores sociais formados por trabalhadores rurais, operários e estudantes engajados na luta por estas mudanças. No entanto, o projeto de industrialização/modernização do Brasil, consolidado a partir do último quartel do século passado, passa a ser capitaneado por um grupo de militares com o apoio da burguesia agrária e industrial (aliados ao capital-imperialista) e setores da classe média. Este projeto, que se mostrou amplamente excludente, almejava frear as reformas sociais postas em curso pelo Estado, na fase anterior ao golpe de 1964, inclusive, para o setor agrário.

Em meados do século XX, vários conflitos surgiram no campo brasileiro como Trombas e Formoso, em Goiás, (décadas de 1940-1950), a Guerrilha de Porecatu e a Revolta dos Posseiros, no Paraná, (década de 1950), apenas para mencionar alguns. Não

é possível discutir aqui tais conflitos, que podem ser consultados em ampla bibliografia disponível. Mas, queremos assinalar a participação nestes conflitos de integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta atuação direta também é encontrada na formação das Ligas Camponesas, em 1955, no Nordeste, que contou com a participação do PCB, diante de ferrenha oposição da Igreja Católica.

Em 1954, os comunistas organizaram a Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Camponeses, reunida em São Paulo. Dela surgiu pela primeira vez no Brasil uma organização nacional de homens do campo, a União dos Lavradores e Camponeses do Brasil (ULTAB). Portanto, a discussão que se estabeleceu no início dos anos 1960 entre intelectuais de esquerda, era sobre como a reforma agrária relacionava-se com o projeto de industrialização e com a questão da necessidade de melhorar o padrão de vida rural, explicitados por meio das lutas eclodidas no campo.

Entre meados da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 1950, a linha política do PCB, assim como a de todo movimento comunista internacional, conheceu três orientações distintas: a “união nacional”, a “linha chinesa” e o “caminho pacífico” para a revolução. (CASTELANO, 2005) Assinalamos que a Declaração de março de 1958 marcou uma profunda reviravolta na tática do PCB, refletindo o impacto que as denúncias sobre o stalinismo e o culto à personalidade, revelados pelo Relatório Krushev, provocaram na militância comunista, assim como o reconhecimento, ainda no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), de que não haveria somente um caminho, mas trajetórias diversas em direção ao socialismo.

Como consequência deste contexto internacional, a tática adotada pelo PCB foi a via pacífica, coerente com a estratégia global de transformação, ou seja, para a revolução brasileira, seria necessária a aliança com os setores considerados progressistas da burguesia. Assim, o PCB propunha fazer a reforma agrária pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que asseguravam mudanças gradativas, através do emprego tático de acumulação de forças. Esta nova posição vai conflitar com algumas lideranças das Ligas (os julianistas) na década de 1960, que queriam a luta armada.

2. Posicionamento da Igreja com relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo e a questão agrária nas décadas 1950-1960

Ressalta-se que a Igreja Católica mudou suas táticas e sofreu inflexão de orientação em sua Doutrina Social pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. No Brasil, neste período, a Igreja, na sua prática política se opôs às oligarquias dos estados e municípios comprometidas com formas econômicas “atrasadas” e com relações de trabalho consideradas antiquadas e opressivas. Neste sentido, a Declaração dos Bispos do Nordeste, em 1956, permitiu um salto na teoria e na prática da pastoral social. Para Martins, “O novo conceito que centraliza o pensamento episcopal é o de desenvolvimento.” (MARTINS, 1989: 41-42) No entanto, esta nova orientação não levou a uma pastoral social oposta ao latifúndio e a propriedade da terra, naquele momento. As esperanças que a Igreja depositou na ação do Estado e no desenvolvimento econômico (durante parte do governo J.K.) para a superação das condições de miséria no campo foram corroídas rapidamente. Na interpretação de Martins, “Setores lúcidos da Igreja acreditavam que o regime militar concretizaria reformas sociais impossíveis em um regime político aberto.” Além disso:

O golpe de estado e a ditadura são recebidos como meio de quebrar esse círculo vicioso de poder, que restaurava sempre as oligarquias e seu domínio, seu compromisso com o atraso e com a pobreza. Era meio também de afastar os comunistas e outros progressistas, inclusive católicos de esquerda [...].(MARTINS,1989:46-47)

Em 1956, na IV Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza (CE), que reuniu federações e associações rurais de vários estados, recomendou-se a instituição de uma lei agrária para criar um fundo para desapropriações por interesse social, constituído por meio da taxaço de terras improdutivas. Entre as propostas preconizava-se a colonização das áreas qualificadas de "vazios demográficos" e, também, a recolonização de áreas já ocupadas. Sugeriu-se, também, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que deveria regulamentar a jornada de oito horas, a estabilidade e o contrato de trabalho. As oligarquias rurais combateram duramente as propostas mais radicais surgidas neste debate, como a reforma agrária baseada no interesse social e sem indenização aos latifundiários desapropriados. Alguns deputados trabalhistas eram contrários a "prévia" e "justa" indenização em dinheiro às desapropriações de terras.

Mas o Estatuto só foi efetivamente aprovado em 1963, em plena crise do governo João Goulart.

Os anos 1960 marcam, ainda, a disputa pela hegemonia na condução das organizações camponesas entre a Igreja, o PCB e o trabalhismo.⁴ À medida que o PCB foi perdendo influência sobre os trabalhadores do campo, aumentou a presença da Igreja nesses movimentos. Este fato se deve pela mudança de táticas políticas do próprio PCB, explícitas na Declaração de 1958, e mencionadas anteriormente.

Em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. A reunião foi planejada por Francisco Julião, membros da Liga e pelos dirigentes comunistas de São Paulo e do Paraná. Mas, com a repressão aos comunistas e a vitória da autocracia burguesa, impõe-se rígida censura às forças políticas de oposição. Neste sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) resultou da aliança entre comunistas e católicos. (MARTINS, 1981: 10) Além disso, segundo Martins, “A questão agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários parceiros e foreiros, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos a uma relação precária e extorsiva de arrendamento.” (MARTINS, 1981:11) Mas, a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e outras regiões do País acentuou o interesse das empresas capitalistas pela terra, intensificando os conflitos, como mostra Martins (1981, 1989), Neidi Esterici (1987) e Otávio Ianni (1979). Estes conflitos resultam da forma como o capital altera as relações sociais no campo, amparados nos ideais de desenvolvimento e progresso que, na prática, resultam na expulsão de posseiros cuja presença era vista como causa do “atraso” ao desenvolvimento econômico.

A posição de Caio Prado⁵, neste debate, indicava que a causa do atraso deveria ser buscada na presença do latifúndio e não no baixo padrão técnico da produção dos trabalhadores rurais. Para este autor, a elevação do nível tecnológico e da produtividade vinha frequentemente acompanhada de piora das relações de exploração do trabalho. A elevação das condições de vida das massas somente viria por meio da luta dos

⁴ Consultar Leonilde S. Medeiros. *Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; José de Souza Martins. *Os camponeses e a política*. Petrópolis, Vozes, 1981; PCB. *Vinte anos de Política (1958-1979)*, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1980.

⁵ PRADO JR., *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem.

Com relação ao posicionamento da Igreja Católica brasileira é notório que sempre esteve aliada às oligarquias rurais e às frações da burguesia e apoiou, inclusive, o golpe civil-militar de 1964, visando afugentar o “perigo comunista” que rondava as manifestações sociais no campo e na cidade. Suas alianças conservadoras são reveladas em ações como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Por outro lado, essa instituição também é transpassada por contradições. O acompanhamento e a vivência junto aos trabalhadores do campo levam alguns sacerdotes, freiras e bispos a se engajarem na luta em defesa da reforma agrária e a fazerem críticas à ditadura civil-militar.

Ademais, temos o surgimento junto a setores progressistas da Igreja de um movimento que ficou conhecido como Teologia da Libertação, com destaque na América Latina. A experiência do Movimento Educação de Base (MEB), a alfabetização de jovens e adultos agricultores, conduzidas sob a orientação do educador católico Paulo Freire e a organização das Comunidades Eclesiais de Base são exemplos da atuação desta fração da Igreja que marcou a década de 1960.

3. A constituição da CPT: o posicionamento da Igreja frente ao superaviltamento do Trabalho

Movimentos como o Movimento dos Sem-Terra (MST) tiveram sua origem e trajetória associadas às lutas e às organizações regionais de trabalhadores rurais que não se adequaram às novas exigências de modernização e desenvolvimento tecnológico da agroindústria, além de posseiros desapropriados para a construção de barragens, etc.

Castelano apresenta muitas evidências de que o MST é constituído sobre os ideais da Teologia da Libertação, percebe-se a sua presença tanto na forma de organização teórica e prática do Movimento, quanto no papel atribuído à mística. Inclusive, na própria concepção pedagógica, política e de reforma agrária há a presença de ideais cristãos. (CASTELANO, 2000) As lutas que levaram a formação do MST concentraram-se, inicialmente, nas regiões Sul e Sudeste do País, durante o governo militar, entre os anos 1970 e 1980.

Em uma entrevista publicada na *Revista Brasil de Fato*, Frei Beto reafirma a sua convicção de que a Igreja Católica “[...] teve papel preponderante nas lutas sociais na

América Latina. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base e do advento da Teologia da Libertação, decorrentes da ‘opção pelos pobres’, muitos militantes foram formados pela Igreja segundo o método Paulo Freire.” (MONCAU, 2010) Ademais, o teólogo chama a atenção para o fato de que em países que passaram por ditaduras, como o Brasil e a Nicarágua, essa formação resultou em uma opção revolucionária e na atuação política das pastorais católicas que influenciaram, de certo modo, as eleições de Lula no Brasil, de Correa no Equador, de Evo na Bolívia, de Funes em El Salvador, entre outros. (MONCAU, 2011)

A não realização de uma reforma agrária no Brasil pode ser explicada pela ausência de uma revolução democrática burguesa, cuja formação social foi subsumida, primeiro, pelo desenvolvimento do capital em sua forma mercantil e, posteriormente, pelo imperialismo dos países desenvolvidos. Em nossa formação social as mudanças sempre foram operadas pelo "alto", impondo-se uma solução no plano político imediato que excluíram as revoluções nas quais as classes subordinadas poderiam influir. No quadro de miséria no qual estão inseridos os "sem-terra", cuja exclusão social se deu desde os primórdios do Brasil e permaneceu mesmo após a constituição da nação, a grande propriedade rural é presença decisiva. Para Chasin (1978: 639), em nosso país não se efetivou um regime político democrático-liberal porque:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o "cidadão" e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada.

Neste gradiente de formação social autocrático e subalterno desdobra-se a conflagração e extrema contradição que permeia o campo brasileiro e motiva conflitos recorrentes que eclodem em todo o Brasil, até mesmo neste começo do século XXI.

Martins, ao analisar os conflitos no seio da CPT e as soluções apontadas por esta entidade para resolver o problema da produção camponesa, avalia que a constituição do MST, na década de 1980, foi resultado da notória indisposição da maioria dos bispos católicos para abrigar a luta pela terra como luta política da Igreja. Ademais, o autor referido faz uma crítica ao direcionamento político sobre a questão agrária de algumas lideranças vinculadas à CPT. Para Martins:

[...] a ideologia da propriedade fundiária alcançou as populações desvalidas do campo e conformou sua mentalidade, inevitavelmente pondo no centro de sua vida o que não é central no processo histórico. Nessa perspectiva, a ideologia agroreformista nem é superadora de contradições, nem emancipadora, nem, propriamente, libertadora. (MARTINS, 1981:12)

A partir do final dos anos 1960, o setor agrícola absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados "insumos modernos" ao seu processo produtivo, introduzindo o uso de novas tecnologias e mecanizando a produção, integrando-se aos modernos circuitos de comercialização. A elevação da produtividade permitiu o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e para o mercado interno. No entanto, tal desenvolvimento elevou ainda mais o nível de pobreza e miséria de grande contingente de trabalhadores rurais.

Martins, em seu livro *A política do Brasil: lúmpen e místico*, afirma que o campesinato é uma classe que se contrapõe ao economicismo desenvolvimentista. Nesse sentido, a luta que se trava nas décadas de 1970-80 é um confronto entre classes sociais, entre exploradores e explorados, é um problema político, por essa razão, precisava de uma resposta política.

Para o autor

A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. (MATINS, 2011:10)

Nos anos 1970-1980 essa base se ampliou, incluindo os posseiros e pequenos proprietários que não se adequaram a nova política econômica. Assim, "A política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e a política de florestamento e reflorestamento nas várias regiões do país acentuaram o interesse das empresas capitalistas pela terra." (MATINS, 2011:11) Neste processo histórico a Igreja Católica apoia e incentiva os camponeses a lutarem pela terra, mas tal ação não estaria vinculada a um projeto político, mas ocorreria por se tratar de uma questão de justiça social.

Na década de 1960, teólogos vinculados à Teologia da Libertação se aproximaram de cientistas e intelectuais, leigos, inclusive de ateus, e se apropriaram dos referenciais teóricos metodológicos da Sociologia, da Economia e da História para encontrar os motivos da pobreza no Brasil e na América Latina.

Uma das conclusões encontradas foi a de que o grande culpado pela exploração foi, inicialmente a empresa colonial e, depois, pelo capitalismo

que exporta a pobreza dos países centrais para a periferia. Com isso, a Teologia da Libertação começa a se aproximar das teorias marxistas. Na leitura marxista surgida nos anos 1960, a luta de classes, o motor da história, não se restringia à esfera estrutural, em categorias estáticas de proletariado e burguesia, como entendia o marxismo ortodoxo. A luta de classes, para esse novo grupo, permeava todas as relações humanas socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições.(FABER, 2012)

A Teologia da Libertação surgiu com a prerrogativa de buscar aproximar a Igreja latino-americana às realidades das populações trabalhadoras dos países dessa parte do continente americano.

[...] a Teologia da Libertação tinha seu surgimento a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) se firmando após a Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano (1968), realizado na Colômbia, neste concílio a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim, foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos. Em 1971, Gustavo Gutiérrez publicou o livro “A Teologia da Libertação”, ao mesmo tempo batizava a nova teologia e criava as bases práticas desta.(FABER, 2012)

A importância da Teologia da Libertação enquanto matriz teórica presente na CPT e na formação ideológica de alguns movimentos populares emergidos no Brasil e em outros países da América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, é reconhecida por diversos autores. Entre aqueles consultados neste estudo, temos Germani (2003), Stédile (1999), Fernandes (1996), Bonin (1991), Brenneisen (1994), Alegro (1994), Grzybowski (1991), Iokoi (1996), Martins (1981, 2011), Paiva (1986), Castelano (2000), Poletto (1986) e Lowy (1991).

Em seu livro sobre a *Igreja e os camponeses no Brasil*, Iokoi (1996) afirma que

A problemática das lutas camponesas não fez com que intelectuais da Igreja produzissem análises mais profundas, [sobre a estrutura fundiária no país] quer do ponto de vista da extensão, quer da importância empírica dos dados sistematizados por seus numerosos grupos de pesquisa.

Além disso, a Igreja não se propôs a esta tarefa. Quando os posseiros, assalariados rurais e expropriados são assentados, ressurgem os problemas que afligem os pequenos produtores, sejam assalariados ou proprietários, frente ao modelo econômico em vigência na década de 1980. Ademais, os assentados se deparam com a baixa qualidade do solo, condições precárias de ocupação, entre outras precariedades, já

que os assentamentos, por parte do governo, visavam atenuar os conflitos sem apresentar uma política agrícola alternativa para estas áreas de reforma agrária.

A adversidade em que se encontrava a maior parte dos trabalhadores rurais e a dura repressão que sofreram pode ser exemplificada em situações de conflito que ocorriam pelo país. Kotscho (1982) expõe as mazelas sociais resultantes da ação direta do Estado, por meio do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e a violência contra os posseiros e trabalhadores rurais daquela região, o que motiva atritos entre o Estado e setores da Igreja Católica. O renascimento de movimentos de resistência por parte de parcelas de população em várias regiões do país como no Norte (especificamente a Amazônia), no Sul e no Sudeste, nas décadas de 1970 e 1980, foi protagonizado por pequenos proprietários arrendatários, assalariados, posseiros e colonos desapropriados para construção de barragens.

Nas palavras de Martins:

Essa expropriação tem várias faces. Para os posseiros do Norte e do Centro-Oeste é a expulsão deles e de suas famílias, lançados fora da terra por meios geralmente violentos. Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é a de tornar-se um assalariado na cidade. (LENZ, 1980: 12)

Várias dissertações consultadas como Moraes Jr. (2011) e Schmidt (2008) mostram, por meio da análise de depoimentos de agricultores sem terra, que os movimentos Justiça e Terra e o Mastro ocorridos na década de 1980 no Paraná se constituíram por pequenos proprietários e mini-fundistas oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de paranaenses expulsos do campo.

Com a crise social que eclodiu após o naufrágio do “Milagre Econômico”, em 1973, vários grupos que haviam apoiado o golpe passaram a criticá-lo, inclusive a Igreja Católica. Novos matizes ideológicos emergiram e tentaram conduzir as manifestações espontâneas dos trabalhadores da indústria, no meio urbano, assim como dos trabalhadores do meio rural. Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, posicionou-se ao lado dos trabalhadores rurais, assim como Dom José Maria Pires (Dom Pelé) e Dom Antonio Frago. D. Waldyr Calheiros Novaes, reconheceu, inclusive, a legitimidade da luta armada contra a ditadura. É a partir da iniciativa destes

religiosos mais sensibilizados com as questões sociais e críticos em relação ao governo militar que surge a CPT no Brasil.

Em 1975, em Goiânia, foi realizado um encontro de bispos e prelados da Amazônia no qual aprovam um documento de apoio à criação de uma “Comissão de Terras”. Setores progressistas da Igreja passam a denunciar as mazelas sociais resultantes do modelo político-econômico em vigência no campo, naquele período. Paralelamente, surgiram ou se expandiram, adquirindo nova feição e importância, diversas formas ou agentes de organização correspondentes a essa nova consciência, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de bairro e as pastorais.

4. A CPT no Paraná e a sua atuação educativa junto aos trabalhadores rurais

Em 1978, foi divulgada uma publicação elaborada pela CPT Nacional com o sugestivo título *O Mausoléu do Faraó: A Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. Esta publicação de 50 páginas, faz denúncias da situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção da Itaipu, sobretudo, ao explicitar concretamente o poder desigual no processo de negociação entre os trabalhadores e os representantes da Itaipu. A publicação tinha o objetivo de revelar:

- 1) A tensão e o medo dos colonos em falar sobre a Itaipu;
- 2) A desorganização inicial dos proprietários rurais e a dificuldade de circulação das informações entre os moradores;
- 3) As táticas perversas de abordagem aos agricultores realizadas pelos representantes da Itaipu;
- 4) O drama social, econômico e cultural das famílias que seriam e foram expropriadas pela Itaipu.

Os colonos, como são chamados os pequenos proprietários rurais nesta região, foram abandonados à própria sorte, sem preocupação de promover uma política pública de reassentamento que procurasse amenizar alguns dos problemas, como a manutenção dos grupos e famílias próximos, sem isolá-las; a garantia de manutenção da posse da terra em iguais condições; a destinação de terras férteis, etc. Além disso, as medidas tomadas por parte do Estado foram marcadas pela falta de transparência no processo de cálculo das indenizações.

Cumprе destacar que um empreendimento da dimensão da Hidroelétrica de Itaipu, em uma região densamente povoada, em qualquer momento histórico significaria um grande impacto com mudanças que repercutiriam nas dimensões ambiental, social e econômica. Mas, nas décadas de 1970 e 1980, imperava uma conjuntura política adversa à qualquer possibilidade de debate aberto ou manifestações populares. É preciso alertar para a necessidade do real entendimento quanto à gravidade da ação violenta exercida pelo aparelho de Estado contra qualquer manifestação de contestação política durante o governo militar e isto imprimia maior pressão sobre as pessoas que teriam o seu cotidiano (e suas vidas) diretamente atingido.

Em 1973, o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici e o presidente paraguaio Alfredo Stroessner assinaram o “Tratado de Criação de Itaipu”, com o objetivo de explorar o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, por meio da criação da Itaipu Binacional. Localizada na zona de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a Usina de Itaipu, com o represamento do rio Paraná, em 1982, resultou na submersão dos saltos de Sete Quedas, alagando, também, ampla parcela de terras agricultáveis no extremo Oeste do Paraná.

Em 1975, o projeto Itaipu foi levado ao público com a promessa de que os desapropriados seriam indenizados com o “preço justo” ou assentados em outros locais. Mas isto aconteceu apenas para alguns poucos selecionados. A construção da Itaipu, com a conseqüente criação da barragem e do lago (formado no ano de 1982), alterou o arranjo espacial de extensa área dos lados paraguaio e brasileiro. No Brasil foram afetados os municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu.

Além das conseqüências socioeconômicas e culturais, não pode deixar de ser relatada, também, a dimensão ambiental. O desaparecimento das *Sete Quedas*, conjunto de quedas d’água localizadas no rio Paraná, que faz a divisa entre o município de Guaíra e o Paraguai, representa uma perda irreparável sob qualquer dimensão financeira. No entanto, mesmo sob esse aspecto, ela não foi mensurada no momento de calcular a compensação financeira que a Itaipu fez aos municípios lindeiros ao lago, pois, no cálculo correspondente à distribuição dos *royalties*, considerou-se apenas a área alagada, o que resulta, até o presente, em flagrante desequilíbrio em prejuízo para o município de Guaíra. Isso foi possível, entre outros fatores, em razão da maneira como

os prefeitos eram escolhidos em áreas de Segurança Nacional, ou seja, eram indicados pelo poder central, logo, representavam a extensão do governo militar na escala local.

A organização da CPT no Paraná, em 1976, teve relação direta com esse processo conflituoso que emergia no Oeste do Estado, em razão da necessidade de instituir organizações de resistência e com papel definido de mediar conflitos envolvendo o processo de expropriação dos pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais.

5. À guisa de conclusão

A Teologia da Libertação surgiu como resposta à necessidade de uma renovação teológica dentro da Igreja Católica e, sobretudo, na América Latina nos anos de 1950-1960. No Brasil, vimos que a renovação das pastorais sociais, entre elas a CPT, constituiu-se na reação da Igreja Católica em razão da necessidade de se posicionar frente aos conflitos sociais gerados pelo modelo econômico desenvolvimentista e subalterno ao capitalismo internacional que, desde a década de 1950, ampliou as mazelas sociais, sobretudo no campo brasileiro, em decorrência da Segunda Revolução Industrial intensificada pelo regime militar (1964-1985).

O “projeto agrário” apoiado pela CPT coloca-se na direção de contribuir para a realização de um modelo político de luta popular pela terra e que faça parte dos projetos de transformação de toda a sociedade brasileira. Cabe ainda investigar em que medida os princípios da Teologia da Libertação influenciaram na atuação dos movimentos populares no Oeste do Paraná, tanto sob o aspecto teórico, quanto prático, sobretudo os intelectuais orgânicos vinculados à Igreja Luterana.

Ademais, em meados da década de 1980, segmentos vinculados à Teologia da Libertação sofreram intensa crítica por parte da hierarquia da Igreja, num processo em que foram silenciados e isolados. A ação da Igreja Católica passa a ser marcada pelo conservadorismo na sua cúpula e pelo arrefecimento na luta pela reforma agrária nas suas pastorais. Percebe-se o retrocesso e a pressão interna sobre os setores progressistas da Igreja, sejam dos mediadores ou dos movimentos sociais, inclusive, na luta pela realização da reforma agrária radical.

O legado do processo investigado mostra que historicamente, no Brasil, a grande massa da população só conseguiu obter alguns avanços sociais por meio de



mobilizações, apesar da maioria delas terem sofrido, paulatinamente, derrotas na perspectiva do trabalho ao longo do século passado.

Bibliografia

ALEGRO, Regina Célia. *Buscar o Reino de Deus e a sua Justiça - A mediação pedagógica da Comissão Pastoral da Terra*. Maringá, 1994. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Pós-graduação em Educação, UEM.

ALMEIDA, Antino Alves. *As lutas pelas terras do senhor: A Comissão Pastoral da Terra no Estado de São Paulo (1990-2000)*. (Dissertação de mestrado Ciências Sociais).

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como Fazer Teologia da Libertação*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BONIN, Anamaria Aimoré et al. *A Luta pela Terra no Paraná Recente*. In: PAZ, Francisco. *Cenários de Economia e Política - Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.

CASTELANO, Maria José. *Um estudo da proposta de Educação do MST*. Maringá, Dissertação (Mestrado em Educação), UEM, 2000.

_____. *A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960*. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

CHASIN, José. Posfácio. *MARX – Estatuto ontológico e resolução metodológica*. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SCHMITT, JUDITE VERANISA. *Os Atingidos por Itaipu: História e memória*. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2008.

CPT. *Documento da Terra*. 1º Congresso da CPT sobre a Terra, 1999. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>>. Acesso em: 01 set. 2014.

CPT. *O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. 1978.

ESTERCI, Neidi. *Conflito no Araguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FABER, Marcos Emílio Ekman; et al. *Teologia da libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo*. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/teolibertal.htm>>. Acesso em: 02 out. 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) - Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), 2003.



IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e os camponeses no Brasil: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo- Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOTSCHO, Ricardo. *O Massacre dos posseiros. Conflito de terras no Araguaia-Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LENZ, Matias Martinho, S.J. (Coord.) *A Igreja e a propriedade no Brasil*. (Comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da Terra, Itaiç, 1980). São Paulo: Loyola, 1980.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. *A política do Brasil: Lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da Injustiça*. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

MEDEIROS, Leonilde S. *Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Hucitec, 1989, p. 41- 42.

MONCAU, Joana. Religião: Chave para dialogar com o povo. (entrevista com Frei Beto). *Revista online Brasil de Fato*, 15/09/2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/274>> Acesso em: 03 nov. 2012.

MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. *MASTRO: A formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História), UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

POLETTO, Ivo. As contradições sociais e a pastoral da terra. IN: PAIVA, Vanilda (Orgs.). *Igreja Questão Agrária*. Loyola: São Paulo, 1985.

PRADO, JR. Caio Prado. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SCHMITT, JUDITE VERANISA. Os Atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2008.

SILVA, Émerson, Neves da. O Encontro entre Igreja Católica, Teologia da Libertação e Marxismo: a contribuição da Igreja Católica Latino Americana para o estabelecimento de movimentos do campo no México e Brasil. *VIVÊNCIA*, 2011, n. 38, p. 65-78. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/.../04%20Émerson%20Neves%20> Acesso em: 15 ago. 2014.